

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Gabinete do Ministro

### Despacho n.º 4419/2007

Nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e do n.º 3 do artigo 9.º e do n.º 2 do artigo 25.º, ambos do Decreto-Lei n.º 209/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, é nomeada, em comissão de serviço, para o cargo de subinspector-geral da Inspeção-Geral da Agricultura e Pescas a licenciada Lisdália Maria Bairos Amaral Portas.

A presente nomeação, fundamentada na reconhecida aptidão da visada, tem ainda como suporte o respectivo currículo.

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Março de 2007.

22 de Fevereiro de 2007. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*.

### Curriculum vitae

I — Elementos pessoais e habilitações académicas:

Lisdália Maria Bairos Amaral Portas, de nacionalidade portuguesa, nascida a 10 de Janeiro de 1962, portadora do bilhete de identidade n.º 4352882, emitido pelo Arquivo de Identificação de Lisboa em 7 de Fevereiro de 2002, licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa na menção de Jurídico-Económicas (Julho de 1984).

II — Formação complementar — frequência de vários cursos, de seminários e outras acções de formação com interesse para a actividade profissional desenvolvida, nomeadamente nas áreas do direito comunitário, reforma da PAC, administração pública (seminário de Alta Direcção para dirigentes da Administração Pública), auditoria, informática e fiscalidade.

III — Categoria profissional/actividade profissional:

Inspectora de finanças superior da carreira da inspecção de alto nível do quadro da Inspeção-Geral de Finanças;

De Julho de 1986 a Dezembro de 1988, exercício de advocacia, no sector privado, nos vários ramos de direito;

De Janeiro de 1989 (ingresso na Inspeção-Geral de Finanças) até 14 de Janeiro de 2003, e exercício de funções da Inspeção-Geral de Finanças em diversas áreas, designadamente:

Na área do controlo da receita tributária (Janeiro de 1989 a Junho de 1990);

Na área comunitária (CCI — de Junho de 1990 a Junho de 2002) onde teve a seu cargo variados *dossiers*, com particular incidência na protecção jurídica dos interesses financeiros da CE e no controlo financeiro dos vários fundos e instrumentos financeiros comunitários (FEOGA — Garantia; fundos estruturais; recursos próprios; luta contra a fraude — fraudes e irregularidades cometidas em detrimento do orçamento comunitário; contratos públicos); auditorias aos organismos pagadores do FEOGA — Garantia (IFADAP), visando a respectiva aprovação enquanto organismo pagador das ajudas comunitárias (1995-1996); elaboração do relatório anual de luta contra a fraude (dos anos de 2000, 2001, 2002 — artigo 280.º do TUE);

Na área da organização e desenvolvimento (Junho de 2002 a Janeiro de 2003): intervenção na área da contratação pública e colaboração com o Ministério da Justiça no âmbito do processo GRECO (Grupo de Estados contra a Corrupção);

De 19 de Fevereiro de 2003 até à presente data, subdirectora-geral da Inspeção-Geral e Auditoria de Gestão do MADRP;

No decurso da sua carreira integrou e coordenou diferentes grupos de trabalho, comissões e comités, designadamente:

A nível nacional:

Grupo Meios de Prova (1987);

Membro da Comissão Interministerial de Coordenação e Controlo do FEOGA — Garantia, para comunicação de irregularidades à Comissão Europeia, nomeada pelo despacho conjunto n.º 1012/2000 dos Ministros das Finanças e da Agricultura;

A nível comunitário:

Participação e ou coordenação e porta voz da delegação portuguesa em vários grupos e comités no seio do Conselho (V directiva — 1992: Sociedade Europeia — 1991 a 1994; grupo «Reforço dos meios de controlo» — 1994) e da Comissão (grupo de peritos «Irregularidades e assistência mútua do FEOGA — Garantia» — 1994 a 2002; grupo de peritos do artigo 280.º do TUE — 2000 a 2002; Comité Consultivo de Coordenação da Luta contra a Fraude COCOLAF 2000 a 2002); participação activa em reuniões bilaterais entre o Estado Português e a CE no âmbito do apuramento de contas e correcções financeiras e no Comité FEOGA;

Apresentou comunicações em variados cursos, seminários e colóquios, com destaque para seminários no âmbito do FEOGA — Garantia e da luta contra a fraude e protecção jurídica dos interesses financeiros comunitários e nacionais, alguns deles organizados em parceria com a CE.

### Despacho n.º 4420/2007

Nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e do n.º 3 do artigo 14.º e do n.º 2 do artigo 25.º, ambos do Decreto-lei n.º 209/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, é nomeado, em comissão de serviço, para o cargo de subdirector-geral de Veterinária o Prof. Doutor Fernando Manuel d'Almeida Bernardo.

A presente nomeação, fundamentada na reconhecida aptidão do visado, tem ainda como suporte o respectivo currículo.

O presente despacho produz efeitos a partir do dia 1 de Março de 2007.

22 de Fevereiro de 2007. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*.

### Curriculum vitae

(extracto-resumo)

Nome — Fernando Manuel d'Almeida Bernardo.

Data de nascimento — 31 de Março de 1955.

Local de nascimento — concelho de Alpiarça, Santarém.

Percurso profissional:

Professor catedrático do Departamento de Produção Animal e Segurança Alimentar, na área disciplinar de Higiene e Segurança Alimentar da Faculdade Medicina Veterinária, instituição na qual vem leccionando desde 1982;

Obteve o grau de professor agregado da Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade Técnica de Lisboa em Fevereiro de 2004;

Obteve o grau de Doutor em Ciências Veterinárias na área disciplinar de Sanidade Alimentar, pela Universidade Técnica de Lisboa em Julho de 1991;

Em Setembro de 1989 obteve o diploma de estudos superiores especializados em Microbiologia dos Alimentos e Higiene das Colectividades do Instituto Pasteur (França);

É licenciado em Ciências Médicas Veterinárias pela Escola Superior de Medicina Veterinária da Universidade Técnica de Lisboa (UTL) (1978);

De 1995 a 1998 coordenou três edições do mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos da Universidade Técnica de Lisboa; leccionou em múltiplos cursos de formação avançada e de pós-graduação tendo orientado cientificamente diversos trabalhos conducentes à obtenção de graus académicos pós-graduados: 31 estudantes de mestrado e 8 de doutoramento;

Participou em 20 projectos de investigação científica nacionais e internacionais, nos domínios da microbiologia e da toxicologia alimentar, sanidade animal e ambiental, tendo coordenado e gerido 7 deles;

Realizou cerca de 200 palestras e conferências em eventos técnico-científicos relacionados com questões de segurança alimentar e saúde animal;

Publicou diversas obras de cariz técnico-científico e divulgação no País e no estrangeiro, nomeadamente artigos científicos com arbitragem científica internacional (82), resumos em actas de congressos científicos internacionais com arbitragem científica (156) e outras obras de vulgarização técnica e de apoio pedagógico, no âmbito da microbiologia e da toxicologia de alimentos, higiene e segurança alimentar e ambiental e no domínio da saúde animal (41);

Entre Dezembro de 2001 a Fevereiro de 2003 exerceu funções de vice-presidente do conselho directivo da Faculdade de Medicina Veterinária;

De Março de 2003 a Setembro de 2004 foi vogal do conselho científico da Agência para Qualidade e a Segurança Alimentar (fase de instalação);

Desde 12 de Fevereiro de 2003 exerce funções de subdirector-geral de Veterinária, em comissão de serviço.

#### Despacho n.º 4421/2007

Nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e do n.º 3 do artigo 15.º e do n.º 2 do artigo 25.º, ambos do Decreto-lei n.º 209/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, é nomeado, em comissão de serviço, para o cargo de director regional-adjunto da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve o licenciado Nuno Miguel Figueiredo e Silva de Sousa Sequeira.

A presente nomeação, fundamentada na reconhecida aptidão do visado, tem ainda como suporte o respectivo currículo.

O presente despacho produz efeitos a partir do dia 1 de Março de 2007.

22 de Fevereiro de 2007. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*.

#### Curriculum vitae

Nome — Nuno Miguel Figueiredo e Silva de Sousa Sequeira.  
Data de nascimento e naturalidade — 14 de Maio de 1966, Lisboa.  
Estado civil — casado.

Formação académica — licenciatura em Engenharia Florestal — Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa.

Actividade profissional:

Setembro de 2006-presente — assessor do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas;

Julho de 2003-Agosto de 2006 — chefe de serviço da Unidade de Incentivos do Algarve (UTALG), da Direcção Regional do IFADAP/INGA, responsável pela área do apoio ao investimento agrícola, florestal, pescas e agro-indústrias;

Maio de 1996-Junho de 2003 — técnico no IFADAP — Direcção Regional do Algarve, destacando-se as seguintes funções: análise e controlo de projectos de investimento; membro da comissão e conselho regional de financiamento; coordenação da equipa nacional da medida n.º 3 do AGRO relativa ao SIADRU;

Outubro de 1993-Abril de 1996 — técnico superior, em regime de prestação de serviço, no Parque Nacional da Peneda-Gerês, destacando-se as seguintes funções: elaboração do Plano de Gestão Florestal da Mancha Florestal do Mezio; co-responsável pelo desenvolvimento do Sistema de Informação Geográfica; colaboração na elaboração do Plano de Ordenamento;

Abril de 1993-Outubro de 1993 — colaborador no projecto «Decomposição de misturas espectrais obtidas por teledeteção, para caracterização do sub-bosque e avaliação dos efeitos de incêndios florestais», no Departamento de Engenharia Florestal do Instituto Superior de Agronomia.

Formação profissional:

2005 — curso de seminário de alta direcção, da responsabilidade do Instituto Nacional de Administração, promovido pelo IFADAP/INGA, Lisboa;

2004 — curso de novo modelo de avaliação do desempenho dos funcionários públicos, da responsabilidade do Instituto Nacional de Administração, promovido pelo IFADAP/INGA, Lisboa;

2002 — curso de liderança, desenvolvimento e gestão de equipas, frequentado na Associação Industrial Portuguesa sob coordenação da COPRAI, promovido pelo IFADAP, Lisboa.

#### Despacho n.º 4422/2007

Nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e do n.º 3 do artigo 18.º e do n.º 2 do artigo 25.º, ambos do Decreto-lei n.º 209/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, é nomeado, em comissão de serviço, para o cargo de vice-presidente do Instituto dos Vinhos do Douro e Porto, I. P., o licenciado António Manuel de Sousa Ribeiro da Graça.

A presente nomeação, fundamentada na reconhecida aptidão do visado, tem ainda como suporte o respectivo currículo.

O presente despacho produz efeitos a partir do dia 1 de Março de 2007.

22 de Fevereiro de 2007. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*.

#### Nota curricular

Dados biográficos — António Manuel de Sousa Ribeiro da Graça, casado, portador do bilhete de identidade n.º 3305546, emitido em 4 de Novembro de 1999 e residente em Vila Real.

Formação académica — licenciatura em Engenharia Agrícola (1984), pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Experiência profissional:

1984 — contratado pela Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes como técnico superior de 2.ª classe, em regime de tarefa;

1985 — coordenador da implementação do Programa de Desenvolvimento Rural Integrado de Trás-os-Montes (PDRITM), na Zona Agrária do Baixo e Cima Corgo, elaborando neste âmbito 15 projectos de investimento, que foram aprovados e executados;

1986-1994 — monitoragem em acções de formação, para técnicos e agricultores, no âmbito da legislação comunitária;

1989-1993 — representante da DRATM nas equipas de acompanhamento dos Planos Directores Municipais dos concelhos de Sabrosa, Alijó, Santa Marta de Penaguião, Peso da Régua e Mesão Frio;

1984-1994 — adjunto do chefe de zona agrária do Baixo e Cima Corgo, na coordenação de todas as acções desenvolvidas;

1994 — nomeado chefe da Zona Agrária do Corgo e Marão, em 26 de Abril;

1996 — nomeado director de serviços de Planeamento e Política Agro-Alimentar, em 16 de Julho;

1997 — coordenador do SIAZA — Sistema de Informação aos Agricultores através das Zonas Agrárias;

1997 — gestor do PIDDAC e do PAMAF — medida n.º 7, «Assistência técnica»;

1999 — membro da Comissão Executiva Nacional e coordenador do grupo de trabalho regional para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional (PDR 2000-2006);

2000 — nomeado, em comissão de serviço, director regional de agricultura, em 25 de Setembro;

2002 — assessor da Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes, desde 12 de Julho;

2005 — nomeado, em comissão de serviço, subdirector regional da Direcção Regional de Agricultura de Trás os Montes, em 23 de Junho.

Formação profissional — vários cursos de formação profissional, em áreas diversificadas, que vão da componente técnica à área da legislação nacional e comunitária e ainda o Curso Avançado de Gestão Pública.

#### Despacho n.º 4423/2007

Nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, do n.º 3 do artigo 15.º e do n.º 2 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 209/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, é nomeado, em comissão de serviço, para o cargo de director regional-adjunto de Agricultura e Pescas do Alentejo o licenciado Ricardo Manuel Gomes Mira Silva.

A presente nomeação, fundamentada na reconhecida aptidão do visado, tem ainda como suporte o respectivo currículo.

O presente despacho produz efeitos a partir do dia 1 de Março de 2007.

22 de Fevereiro de 2007. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*.

#### Nota curricular

Ricardo Manuel Gomes Mira Silva, nacionalidade portuguesa, nascido a 14 de Setembro de 1955.

Currículo académico:

Pós-graduação em Administração Pública e Desenvolvimento Regional na Perspectiva das Comunidades Europeias (2003) — Universidade de Évora (17 valores);

Mestrado em Economia Agrícola (1995) — Universidade de Évora (*Muito bom*);

Licenciatura em Agronomia (1983) pelo Instituto Superior de Agronomia de Plovdiv/Bulgária e pelo Instituto Superior de Agronomia da UTL (13 valores).